



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

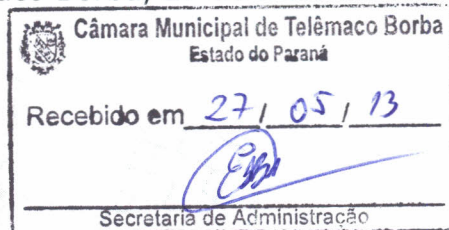
ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

Mensagem N.º 18/2013

Telêmaco Borba, 27 de maio de 2013.

Senhor Presidente;
Senhores Vereadores:



Encaminho à apreciação dessa Egrégia Casa de Leis o Anteprojeto de Lei Complementar que acrescenta e altera dispositivos da Lei 1839/2011, para dispor sobre empresas proprietárias, donatárias e comodatárias de imóveis do Distrito Industrial, que adquiriram direitos nos termos da legislação do PRODEFI.

Trata-se de Anteprojeto de Lei Complementar em cumprimento do parágrafo único do art. 56 da Lei Orgânica Municipal, que reserva à lei complementar, entre outras, as matérias relativas à **concessão de serviço público, alienação de bens imóveis, aquisição de bens imóveis por doação com encargo.**

A Lei Municipal nº 1839/2011 instituiu o PRODETEL - Programa de Desenvolvimento Econômico de Telêmaco Borba para a implementação de incentivos na criação ou ampliação de empresas industriais e prestadoras de serviços para indústria.

Tal Programa encontra respaldo constitucional na medida em que valoriza a livre iniciativa com intuito de assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando, principalmente, os princípios da função social da propriedade e busca do pleno emprego, encartados no artigo 170 da Constituição Federal.

Anteriormente à instituição do PRODETEL, o Município de Telêmaco Borba instituiu o PRODEFI - Programa de Desenvolvimento e Fomento Industrial, pela Lei Municipal 784/89, alterada pelas Leis 832/90 e 1654/2008, sendo outorgadas, com amparo nestas Leis anteriores, **escrituras públicas de doação, escrituras públicas de compra e venda e contratos de comodato** às empresas que dessas leis se beneficiaram.

36



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

E é exatamente em virtude da outorga de tais escrituras que verificamos a necessidade de alteração legislativa da Lei 1839/2011, a fim de que, de forma inequívoca, atendendo ao princípio da legalidade restrita que norteia a Administração Pública, seja possível a aplicação integral da Lei do PRODETEL àquelas empresas já proprietárias dos imóveis do Distrito Industrial.

Neste compasso, é sabido que a Lei Municipal 1839/2011, em seu artigo 45 dispõe que: ***as empresas industriais e prestadoras de serviços já existentes e em funcionamento no Distrito Industrial do Município terão em sua totalidade a aplicação desta lei, devendo ser respeitados os benefícios de inclusão já cumpridos para fins de PRODEFI instituído através da lei 784/89.***

Todavia, tal extensão genérica de benefícios e direitos deve ser aplicada **aos casos em que couber** sua aplicação, carecendo, portanto, a lei municipal de tratar de forma específica os benefícios e seus *modus operandi* a serem conferidos às empresas para as quais já foram outorgadas escrituras públicas de doação ou compra e venda.

Desta maneira, a fim de reger de forma específica a situação fática das empresas que já tem para si outorgadas escrituras de doação, propriedade ou contratos de comodatos, nos termos da legislação anterior que versava sobre o PRODEFI, apresentamos o presente Anteprojeto de Lei Complementar.

Neste Anteprojeto alteramos os arts. 21, 25, 31 e 45 da lei 1839/2011, nos quais adequamos a correta aplicação da lei aos prestadores de serviços, aos comodatários que não adquiriram os direitos na vigência do PRODEFI e à exigência constitucional da licitação para a concessão de direito real de uso com opção de compra de bem público.

Acrescentamos os artigos 45-A e 45-B, os quais passaram a reger de forma expressa as situações específicas dos proprietários, donatários e comodatários de imóveis do Distrito Industrial, assegurando-lhes o direito de oferta do imóvel de sua propriedade em garantia às instituições financeiras, a fim de fomentar o desenvolvimento industrial municipal, todavia, com a segurança de que sempre será atendida a finalidade industrial e os objetivos do PRODETEL.



Deste modo, a presente alteração legislativa tem o desiderato de contribuir de forma mais efetiva para a valorização da livre iniciativa, principalmente, das empresas já instaladas no Distrito Industrial antes do advento o PRODETEL, no sentido de, em última análise, beneficiar o cidadão telemacorbense, proporcionando-lhe existência digna conforme os ditames da justiça social, em cumprimento da norma encartada no art. 170 da Constituição Federal.

Nestes termos, roga-se aos Nobres Edis a usual compreensão e apoio à presente proposta, para tanto, solicita-se que seja apreciada em **regime de urgência**.

Portanto, busco em Vossas Excelências o acolhimento necessário para aprovar o presente Projeto de Lei, por ser de relevante interesse público.

Atenciosamente,

Luiz Carlos Gibson
Prefeito

Ilustríssimo Senhor
Carlos Alberto Ramos
Presidente da Câmara de Vereadores
Al. Oscar Hey, nº 99 Centro
Telemaco Borba – PR
CEP 84261-640